

na elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.

Gramsci vê nisso, além do elitismo e da exclusão das classes trabalhadoras de uma formação de qualidade, um indício de que a expansão do ensino – necessária para dar conta das novas tecnologias e dos avanços da ciência e da racionalidade – estava se dando de um modo caótico, pouco organizado, sem que fossem traçadas políticas orientadoras. Nesse sentido, ele tinha sua própria proposta de política educacional, tinha uma visão bastante precisa de como a nova escola deveria ser.

Para ele, recuperando a percepção de Marx discutida acima e ampliando-a, a nova escola deveria ser organizada do seguinte modo. Em primeiro lugar, uma *escola unitária*, que corresponderia aos níveis do Ensino Fundamental e do Médio, que teria um caráter formativo e objetivaria equilibrar de forma equânime o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. A partir dessa escola única, e intermediado por uma orientação profissional, o aluno passaria a uma escola especializada voltada para o trabalho produtivo.

Tal escola de qualidade deveria ser fundamentalmente pública, para que fosse garantido o acesso de todas as classes a ela e para que os interesses econômicos imediatos não interferissem, sendo a escola privada, na formação dos alunos.

Fica claro que a preocupação de Gramsci é abrir a todas as classes, e não apenas às dominantes, a capacidade de *formar seus próprios intelectuais*, pois sem isso a luta pelo poder fica extremamente desequilibrada nas sociedades complexas. Se todos não tiverem acesso a uma escola que lhes permita uma formação cultural básica, que possa ser eventualmente expandida em seguida, a “batalha das idéias” vai ser sempre ganha pelas classes dominantes.

Mannheim e a luz no fim do túnel

Fechemos então o capítulo com um comentário sobre um pensador do século XX, preocupado com a sociologia da educação, que retoma a formulação de Weber sobre os tipos de educação (as

pedagogias do cultivo e do treinamento) e dá a ela a perspectiva de um programa para a mudança da educação.

O filósofo e sociólogo húngaro-germânico-britânico Karl Mannheim (1893-1947), fugindo de certo modo ao pessimismo weberiano, propõe que a sociologia sirva de embasamento teórico para educadores e educandos no objetivo de compreenderem a situação educacional moderna. Mannheim achava que o pensamento social não pode *explicar* a vida humana, apenas *expressá-la*. O papel da teoria, em sua opinião, é o de compreender o que as pessoas pensam sobre a sociedade e não o de propor explicações hipotéticas sobre ela. No plano das suas próprias convicções pessoais, ele defendia uma sociedade que fosse essencialmente democrática, uma democracia de bem-estar social dirigida pelo planejamento racional e, veja você, governada por cientistas. Este detalhe pode até parecer exótico, mas ajuda a entendermos sua sociologia da educação.

Para ele, se é verdade que a racionalização da vida levou a um declínio da educação voltada para a formação do homem integral, também é verdade que o arejamento promovido pela democratização das relações sociais permitiu o surgimento de novas esperanças. Embora o capitalismo tenha gerado desigualdades sociais, o interesse dos jovens das classes inferiores em ascender socialmente à elite, em sua visão, traz ao processo educacional as contribuições culturais das diferentes camadas sociais e a intercomunicação entre elas.

Mannheim percebeu o seguinte: a sociologia fazia-se cada vez mais importante, na modernidade, para o estudo dos fenômenos educacionais, justamente porque a vida baseada na tradição estava se esgotando. Nas épocas históricas dominadas pela tradição (pré-capitalista) a educação resumia-se a ajudar a criança a ajustar-se à ordem social tradicionalmente estabelecida. Valendo-se da influência da psicanálise, ele observa que tal processo era apenas de assimilação “inconsciente”, pela criança, do modelo da ordem vigente. Mas quanto mais a tradição vai sendo substituída pela racionalização da vida, provocada pela consolidação da sociedade industrial, mais os conteúdos educacionais devem ser transmitidos num processo “consciente”, em que o educando se aperceba do meio social em que vive e das mudanças pelas quais passa.

Portanto, para este autor, nem os objetivos do processo educacional nem as metas que ele visa podem ser concebidos sem a

consideração do contexto social, pois eles são socialmente orientados. As perguntas que a sociologia obriga a fazer, lembra ele, são portanto: Quem ensina quem?; Para qual sociedade?; Quando e como ensina?

Como não concordava com a idéia de que a teoria pode existir apenas pela teoria, apenas como tentativa de explicação, Mannheim achava que a sociologia poderia servir de base para o *aprimoramento* da educação. Num de seus ensaios, chamado “O futuro”, publicado em sua *Introdução à sociologia da educação*, ele afirma: “Queremos compreender nosso tempo, as dificuldades desta Era e como a educação sadia pode contribuir para a regeneração da sociedade e do homem”.

Regenerar de quê? E o que seria essa “educação sadia”?

A resposta à primeira questão é: regenerar a sociedade e o homem dos efeitos perversos que vêm embutidos no processo de racionalização detectado por Weber. Mannheim vê como luz no fim do túnel a possibilidade de valer-se da compreensão dos diferentes tipos históricos de educação, construídos por Weber, para a montagem de uma pedagogia que dê conta de educar o homem moderno sem arrancar-lhe as possibilidades oferecidas por uma formação mais integral.

Para Mannheim não há por que pensar que a pedagogia do cultivo está condenada à morte. Ele reconhece que os modos de vida incutidos por esta educação, voltada para a cultura e a erudição, estavam associados ao poder de certas classes privilegiadas “que dispunham de lazer e de energia excedentes para cultivá-la”; e que tais classes entraram em declínio com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da classe burguesa. E concorda também que a educação especializada desintegra a personalidade e a capacidade de compreender de modo mais completo o mundo em que se vive. Mas argumenta que a grande questão educacional daquela primeira metade do século XX era justamente saber se os valores veiculados por este tipo de formação são exclusividade dessas classes ociosas ou se podem ser transferidos em alguma medida às classes médias e aos trabalhadores.

O elemento histórico decisivo na abertura das possibilidades dadas na sociedade atual, na visão de Mannheim, é político, ou seja, o *advento da democracia moderna*. E isso responde à segunda questão, a respeito do que seria essa sociedade “sadia”.

Para ele existem tendências no sentido de criar padrões melhores de vida. Ele aponta os movimentos da juventude como responsáveis pelo desenvolvimento de um ideal de homem “sincero”, interessado numa relação mais autêntica com a natureza e com os outros; aponta a psicanálise como responsável por um novo padrão de vida, com saúde mental, capaz de deixar o homem livre das repressões adquiridas na formação; aponta até mesmo o “novo homem” forjado na Rússia comunista como um protótipo de entusiasmo e de dedicação à vida comunitária. Enfim, para Mannheim, a modernidade não tem apenas custos, ou ameaças à liberdade. A modernidade traz também esperanças e valores sociais solidários, abertos.

A principal contribuição de todas as que a moderna democracia é capaz de oferecer é a possibilidade de que todas as camadas sociais venham a contribuir com o processo educacional. E a sociologia é a disciplina, em sua visão, capaz de fazer a *síntese* dessas contribuições. Por isso é tão importante, para ele, que a sociologia sirva de base à pedagogia.

Ele explica tal processo do seguinte modo, no mesmo texto já citado acima:

Em períodos de elevada cultura, havia equilíbrio, em parte consciente, em parte inconsciente, entre as contribuições prestadas pelos diferentes grupos à educação. Esse equilíbrio baseava-se às vezes na idéia de uma hierarquia de estamentos ou castas separadas, cada uma das quais apresentava sua contribuição cultural própria em níveis diferentes. (...) A concepção democrática ajunta à idéia de síntese a livre intercomunicação entre as camadas sociais e suas contribuições culturais. Seu interesse principal reside no acesso, às elites, dos membros talentosos das classes inferiores, na invenção de *métodos adequados de seleção* social, e no impedir que a sociedade se deteriore, convertida em massas não diferenciadas.

Em suma, Mannheim era um homem de seu tempo, em busca de um programa de estudos em sociologia da educação que possibilitasse a formulação de projetos educacionais que ampliassem o horizonte do homem, que superasse as divisões em blocos políticos e ideológicos, que não o satisfiziam. Ele viveu o terrível momento da crise econômica de 1929, quando o capitalismo da

“livre concorrência” (o *laissez-faire*) entrou em colapso, e vivenciou em seguida a ascensão do nazismo de Hitler e suas conseqüências políticas e morais na Segunda Guerra Mundial (saiu da Alemanha e foi para a Inglaterra fugindo do nazismo). Episódios dramáticos da história do século XX que Weber não chegou a presenciar. Para Weber, a ascensão do mundo baseado na razão e na lei racional era um processo incontrolável, mas para Mannheim a experiência do nazismo significou a volta da irracionalidade, da desumanidade, da barbárie. Só a democracia poderia fazer surgir a luz no fim do túnel. Para ele, a superação das formas atrasadas e tradicionais de educação podia ser fonte de otimismo, se tratada a partir da visão democrática que o mundo viu nascer no segundo pós-guerra, com a derrota do nazi-fascismo.

Estamos vivendo numa era de planejamento – escreveu ele no texto citado acima – destinada a encontrar nova forma de coordenação, estamos vivendo numa era em que as forças não só da tradição, mas também do iluminismo, se desintegram, estamos vivendo numa era que passa do estágio do predomínio das elites limitadas para a democracia de massas, estamos vivendo numa era cujas forças não controladas provocam a desumanização e a desintegração da personalidade. Finalmente, a educação terá de ser concebida como uma nova forma de controle social, que não é nem a inculca do fascismo nem a completa anarquia de uma política deteriorada do *laissez-faire*.

A julgar pelos desdobramentos do capitalismo mundial, depois de 1945 e até os anos 1970, Mannheim estava certo. A crise capitalista dos anos 1970, porém, provocou o retorno da ideologia do livre-mercado, associada a um período de declínio da liberdade e das esperanças, no qual vivemos hoje. Arrisquemos agora conhecer um pouco mais sobre a educação no dias que correm.